



EDITAL DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO
CREDENCIAMENTO Nº 001/2024
PROCESSO ADM. 5357/2024

**O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CACHOEIRA
DOURADA,**

Estado de Goiás, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º 07.445.626/0001-50, com sede a Praça dos Três Poderes, nº 10, Centro, Cachoeira Dourada – GO, **TORNA PÚBLICO** aos interessados, que, em conformidade com o que dispõe a Constituição da República, em especial os seus artigos 196 e seguintes, Art. 74, IV c/c Art. 79, II, da Lei 14.133/21 e alterações e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie a publicação do edital de CREDENCIAMENTO 001/2024 para fixação de normas e regras prévias para o cadastro de interessados e possível contratação para prestação de serviços de saúde, por pessoas jurídicas conforme especialidades e serviços, conforme anexos e Termo de Referência e Tabela de Valores de Profissionais. Os documentos deverão ser protocolados em envelope, no horário de expediente a partir do dia **05 de Junho de 2024 até 31 de Dezembro de 2024**, na sede da Prefeitura nos horários das 08:00hs às 11:00hs e das 13:00hs às 17:00hs de segunda a sexta-feira.

1. DO OBJETO

1.1. O presente edital destina-se a cadastrar pessoas Jurídicas para posterior contratação, mediante documentação e pedido de inscrição para prestação de serviços especializados na área da saúde aos usuários do Sistema SUS do Município de Cachoeira Dourada, para fins de atendimento a nível médico e funções hospitalares, com procedimentos em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, Decisão/TCU nº 656/1995 – Plenário de 06/12/1995, Resolução Normativa nº 008/2016 - TCM/GO e as Portarias GM/MS nº 1.606/2004, 3.410/2013 e 2.567/2016, com disponibilidades técnicas conforme segue.

2. QUADRO DE VAGAS

2.1. Do quadro de vagas para Profissionais e Empresas

2.1 QUADRO DE VAGAS

MÉDICO CIRURGIÃO – CIRURGIA GERAL/ CIRURGIA ONCOLÓGICA				
SERVIÇOS/ PROCEDIMENTOS BÁSICOS	DO LOCAL E CARGA HORÁRIA	REQUISITOS		VALOR MENSAL
Atendimento de consultas médicas; Atendimento ambulatorial; Consulta com acompanhamento e encaminhamento de pacientes; Procedimentos ambulatoriais e cirúrgicos eletivos de pequeno e médio porte de cirurgia geral; Procedimentos de pequeno e médio porte da área de cirurgia oncológica/ oncologia cutânea; Acompanhamento de pré e pós cirúrgicos gerais e oncológicos; Orientação preventiva e profilática oncológica.	Os serviços serão prestados exclusivamente pelo Credenciado (a), no Hospital Municipal José Xavier de Castro, mediante demanda.	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de Medicina fornecido por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação; registro no respectivo Conselho; título de especialista em cirurgia geral; título de especialista de cancerologia cirúrgica/ cirurgia oncológica.		R\$ 33.000,00
MÉDICO DIRETOR CLÍNICO				
SERVIÇOS/ PROCEDIMENTOS BÁSICOS	DO LOCAL E CARGA HORÁRIA	REQUISITOS		VALOR MENSAL
Médico designado a ser o Diretor Clínico do Hospital Municipal José Xavier de Castro; Tem a atribuição de dirigir e supervisionar	Os serviços serão prestados exclusivamente pelo Credenciado	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de Medicina fornecido por instituição		R\$ 6.000,00

o corpo clínico da instituição; Supervisionar a efetiva realização do ato médico, da compatibilidade dos recursos disponíveis, da garantia das prerrogativas do profissional médico e da garantia de assistência disponível aos pacientes; Atestar a realização de atos médicos praticados pelo corpo clínico e pelo hospital sempre que necessário.	(a), no Hospital Municipal José Xavier de Castro.	reconhecida pelo Ministério da Educação; registro no respectivo Conselho.		
FARMACÊUTICO				
SERVIÇOS/ PROCEDIMENTOS BÁSICOS	DO LOCAL E CARGA HORÁRIA	REQUISITOS		VALOR MENSAL
Farmacêutico designado a exercer atividades de supervisão, responsabilidade técnica e coordenação da Farmácia Municipal. Supervisionar o recebimento e dispensação de materiais de insumo, distribuição para postos de saúde, participar de processo de seleção de medicamentos; Elaborar a programação da aquisição de medicamentos em sua esfera de gestão; Avaliar, de forma permanente, as condições existentes	Os serviços serão prestados exclusivamente pelo Credenciado (a), na Farmácia Municipal. Sendo estimado 40 horas semanais.	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de Farmácia fornecido por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação; registro no respectivo Conselho.		R\$ 4.500,00

para o armazenamento , a distribuição e dispensação dos medicamentos.				
ENFERMEIRO - RESPONSÁVEL TÉCNICO				
SERVIÇOS/ PROCEDIMENTOS BÁSICOS	DO LOCAL E CARGA HORÁRIA	REQUISITOS		VALOR MENSAL
Enfermeiro designado a exercer a responsabilidade técnica ;serviços de auditoria; análise, controle e gestão de equipamentos, materiais e insumos médico-hospitalares; consultoria em geral; cumprir todos os dispositivos legais da profissão de enfermagem; elaborar e implementar regimento interno, manuais de normas administrativas; zelar pelo cumprimento das atividades privativas da enfermagem; elaboração de escalas.	Os serviços serão prestados exclusivamente pelo Credenciado (a), em setor determinado pela Secretaria Municipal de Saúde. Sendo estimado 40 horas semanais.	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de Enfermagem fornecido por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação; registro no respectivo Conselho.		R\$ 5.187,50
MÉDICO PEDIATRA NEONATOLOGISTA - AVALIAÇÃO				
SERVIÇOS/ PROCEDIMENTOS BÁSICOS	DO LOCAL E CARGA HORÁRIA	REQUISITOS		VALOR POR AVALIAÇÃO
Médico especialista em pediatria neonatologista destinado a realizar primeiros cuidados ao recém-nascido e, principalmente, intervir nas situações emergenciais; Avaliar se o neonato está se comportando da forma esperada ou se é	Os serviços serão prestados exclusivamente pelo Credenciado (a), no Hospital Municipal José Xavier de Castro. Estimativa de 100 avaliações.	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de Medicina fornecido por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação; registro no respectivo Conselho; habilitação específica na área.		R\$ 250,00

necessário intervir para auxiliá-lo nos momentos iniciais e decisivos para a sua saúde; Comparecer ao Hospital no pós-parto e alta hospitalar.				
AVALIAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA				
SERVIÇOS/ PROCEDIMENTOS BÁSICOS	DO LOCAL E CARGA HORÁRIA	REQUISITOS		VALOR POR AVALIAÇÃO
Psicólogo destinado a realizar avaliação neuropsicológica, sendo um procedimento clínico de investigação destinado a esclarecer aspectos relacionados ao desempenho cognitivo e comportamental dos indivíduos. Para tanto, conduz uma análise detalhada das funções cognitivas, tais como memória, atenção, habilidades executivas e linguagem, com o intuito de compreender o perfil neuropsicológico do paciente, identificando possíveis déficits e habilidades preservadas. Dessa forma, possibilita a formulação de hipóteses diagnósticas e a realização de um diagnóstico diferencial.	Os serviços serão prestados exclusivamente pelo Credenciado (a), devendo ser realizado de forma presencial. Estimativa de 30 avaliações.	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de psicologia fornecido por instituição de reconhecida pelo Ministério da Educação; registro no respectivo Conselho.		R\$ 1.500,00
PLANTÃO À DISTÂNCIA – MÉDICOS ESPECIALISTAS				

Médico Ortopedista Médico Cardiologista Médico Angiologista Médico Radiologista Médico Urologista	R\$ 2.000,00 (Por especialidade)	Plantão à distância em Plataforma web de comunicação 24 horas por dia (Whatsapp ou similar)
---	-------------------------------------	--

Laudo de Exame Cardiológico

EXAME/PROCEDIMENTO	VALOR UNITÁRIO
Laudo de Eletrocardiograma	R\$ 20,00

Laudo de Exame de Imagem

EXAME/PROCEDIMENTO	VALOR UNITÁRIO
Laudo de Raio X	R\$ 14,00

Exames de imagem com laudo

EXAME/PROCEDIMENTO	VALOR UNITÁRIO
Doppler de Carótidas (cada vaso)	R\$200,00
Doppler de Tireoide	R\$200,00
Doppler de Vasos (cada membro)	R\$200,00
Doppler Renal	R\$200,00
Doppler das mamas	R\$200,00

Exames, procedimentos ambulatoriais e procedimentos cirúrgicos oftalmológicos eletivos

OFTALMOLOGIA	
EXAMES/PROCEDIMENTOS	VALOR UNITÁRIO
Biometria ultrassônica (monocular)	R\$ 45,00
Campimetria computadorizada ou manual com gráfico (binocular)	R\$ 54,00
Capsulotomia a yag laser	R\$ 180,00
Cauterização de córnea (monocular)	R\$ 25,00
Fundoscopia (monocular)	R\$ 3,37
Gonioscopia (binocular)	R\$ 83,00
Mapeamento de retina (monocular)	R\$ 24,24
Microscopia especular de córnea (inclui registro gráfico morfológico celular) binocular	R\$ 112,00
Paquimetria ultrassônica (monocular)	R\$ 41,50
Potencial de acuidade visual (monocular)	R\$ 3,37

Retirada de corpo estranho da cornea (monocular)	R\$ 25,00
Retinografia colorida (binocular)	R\$ 90,00
Retinografia fluorescente (binocular)	R\$ 180,00
Tonometria (monocular)	R\$ 3,37
Topografia computadorizada de córnea - (binocular)	R\$ 83,00
Tomografia de coerência óptica (oct) - (binocular)	R\$ 200,00
PROCEDIMENTO CIRÚRGICO	VALOR UNITÁRIO
Facetomia com implante de lente intra-ocular	R\$ 1.400,00
Tratamento cirúrgico de pterígio	R\$ 200,00

2.2. Os exames e procedimentos não contemplados serão utilizados para efeito de percepção os valores da tabela SUS.

2.3. As especificações e valores dos exames obedecerão aos valores constantes da Tabela SUS e outras que vierem a substituí-la.

2.4. O número de profissionais ou empresas ou exames, serão definidas de acordo a necessidade da secretaria em sua demanda. Para cada área será.

2.5. Para efeito do credenciamento de profissionais, este não caracteriza vínculo contratual ou obrigação de execução de serviços, sendo o vínculo, a partir da emissão da ordem de serviço, podendo ser revogada a Ordem de Serviços por conveniência da Secretaria garantindo apenas a percepção devida pela execução realizada.

3. DA CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste procedimento todos os interessados (pessoa jurídica) que preencham as condições mínimas exigidas neste edital, no prazo de vigência do presente certame.

3.2. Os servidores concursados ou comissionados do Município, **não** poderão credenciar como pessoa jurídica no presente certame, em vista da vedação legal para cumulação de cargos, salvo nas possibilidades prevista da Constituição Federal art. 37 inciso XVI.

3.3. As pessoas interessadas poderão enviar seus documentos via e-mail do setor de licitações ou pessoalmente no setor de protocolo ou via correspondência.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. É facultado a todo profissional que preencher os requisitos mínimos fixados pela administração, requerer seu credenciamento, o que significa

que a Secretaria terá um cadastro de profissionais da área que ficará a disposição dos beneficiários.

4.2. O credenciamento será feito a todas as pessoas independentes do número de credenciados a serem chamados no decorrer da vigência, cabendo ao Poder Público credenciante o chamamento dos credenciados, conforme a necessidade e conveniência.

4.3. O credenciamento **não** garante a contratação do interessado pela Secretaria Municipal.

4.4. Qualquer interessado poderá impugnar o presente Edital de credenciamento por eventuais irregularidades, para tanto, o impugnante deverá protocolar na sede administrativa da Secretaria de Saúde, suas declarações com dissertação clara dos fatos para tal anexando suas informações pessoais e de contato, sendo fixado o prazo para apresentação de até 03 (três) dias úteis após a publicação do edital.

4.5. Qualquer interessado poderá solicitar esclarecimentos em relação a este ato convocatório. As dúvidas referentes a este edital poderão ser encaminhadas via e-mail licitacoes@cachoeiradourada.go.gov.br ou protocolo geral da Prefeitura Municipal, com endereço constante na rodapé da página.

5. PROCEDIMENTOS TAREFAS ATRIBUIÇÕES DOS PROFISSIONAIS

5.1. Os atendimentos e serviços prestados serão demonstrados mensalmente, através de faturas de serviços expedidos pelos credenciados ou comprovação do cumprimento da jornada mínima pactuada em quantidade de horas do profissional, com visto da Secretaria Municipal de Saúde.

5.2. O objeto do credenciamento é para prestar ações e serviços profissionais em sua área de atuação e contratação, assim como oportunizar a integração ensino-serviço exercendo as atividades quando solicitados pela secretaria de; colaborar, esclarecer dúvidas, orientar, auxiliar e ensinar os estagiários dos

cursos da área da saúde, quando solicitado pela Secretaria.

6. CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA

6.1. O requerimento de inscrição dos interessados, dirigido à Secretaria Municipal de Saúde, sendo que, deverão ser entregues cópias simples dos documentos abaixo. As cópias poderão ser encaminhadas sem autenticação, facultada a CPL a qualquer momento solicitar as vias originais para comparação conforme disposição da Lei Federal 13.726/2018:

7. – HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a.) Cópia da Identidade do sócio administrador da Empresa.
- b.) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- c.) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em Vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado da ata de eleição de seus administradores;

7.2 – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Tributos e Previdência) através de Certidão Conjunta expedida pela Secretaria de Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, inclusive as contribuições previdenciárias (www.receita.fazenda.gov.br);
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, através de Certidão expedida pela Secretaria da Fazenda ou equivalente da unidade da federação onde a licitante tem sua sede;
- d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Produto (FGTS) - CRF, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa – CNDT. (LEINº 12.440, DE 7 DE JULHO DE 2012).

7.3 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Diploma de Conclusão do respectivo curso superior do profissional que executará os serviços ou do diploma de conclusão de curso técnico.
- b) Comprovante de inscrição ou de regularidade no Conselho de Classe do profissional prestador do serviço;
- c) Comprovante de formação de Especialidade Médica do profissional que prestará os serviços de profissional especialista. (Caso a função seja de especialidade).
- d) Declaração conjunta nos termos do ANEXO I e II.

8. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

8.1. Os serviços a serem prestados serão desempenhados no Município de Cachoeira Dourada e especificamente junto a Secretaria Municipal de Saúde e demais departamentos da Secretaria municipal que integram o sistema único de saúde.

8.2. Os atendimentos poderão, excepcionalmente, ser realizados pelos profissionais contratados na sede da secretaria municipal de saúde se assim prever o contrato e desde que haja compatibilidade com a infraestrutura necessária ao atendimento do paciente.

8.3. A execução dos serviços será em conformidade com os programas de saúde, através de procedimentos específicos ou mediante a prestação de hora do profissional envolvido, observando a jornada mínima fixada no instrumento contratual, não superior à carga horária estipulada pela legislação trabalhista acerca dos funcionários atuantes na área da saúde.

8.4. Em casos de interrupção dos serviços pelo credenciado dos trabalhos referidos neste termo de adesão, por qualquer motivo, não acarretará ao poder público obrigação de pagar proventos e/ou indenizar mesmo que seja benefícios previdenciários previstos no regime geral, tendo em vista, a natureza administrativa do referido vínculo do serviço.

8.5. Todos os profissionais, pessoa física ou pessoa jurídica, deverão estar inscritos nos Conselhos de fiscalização de Classe do Estado de Goiás, até o ato da assinatura do contrato, sendo que os profissionais inscritos em outros Estados da Federação terão o prazo prorrogável de 10 (dez) dias corridos para apresentar a documentação, ou comprovar o andamento de procedimento administrativo com essa finalidade, sob

pena de não contratação, e apenas para os casos que a exigência for amparada por regra em conselho de ordem, para os casos de profissões que não há obrigatoriedade, não se aplica a exigência prevista neste item.

8.6. Os valores apresentados, correspondem a estimativa dos pagamentos unitários por atendimento ou procedimento, conforme os serviços a serem prestados, podendo os referidos valores sofrerem alteração (adição ou supressão) durante a execução do contrato, mediante a Termo Aditivo, sempre limitando-se aos valores máximos admitidos pelo CMS.

8.7. Conforme art. 6º, inciso XLIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, define-se credenciamento como o processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.

8.8. O critério de seleção é o previsto no art. 79, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, ou seja, com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;

- a) A lista com registro de todos credenciados será disponibilizada nas unidades de saúde e no site oficial do Município, contendo o nome dos profissionais endereço e horário de atendimento o qual a Secretaria de saúde, após a escolha do usuário pela clínica interessada, realizará o agendamento juntamente a unidade credenciada informando ao usuário dia e horário do atendimento.
- b) Os credenciados contratados deverão disponibilizar, de forma atualizada mensalmente, e sempre que solicitado, informação quanto aos horários de atendimento disponíveis pré solicitados pela Secretaria de Saúde, de forma a manter um cronograma disponível de atendimento sem limitação de atendimento.
- c) O Credenciado deverá proceder com o atendimento agendado apenas com a autorização e guia de encaminhamento cedido pela Secretaria de Saúde, o qual fará parte integrante do relatório de faturamento mensal para efeito de percepções mensais.

9. DA REMUNERAÇÃO

9.1. A remuneração dos serviços prestados pelas pessoas credenciadas será mensal ou medida a produção, mediante a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente acompanhada das respectivas autorizações de procedimentos emitidas pelo Município através da Secretaria Municipal de Saúde.

9.2. O Fundo Municipal de Saúde, oportunamente pagará aos CONTRATADOS(pessoa jurídica) da área de saúde as faturas emitidas e atestadas pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme valores constantes da tabela de honorários consultas ou procedimentos executados, conforme valores aprovados previamente pelo Conselho de Saúde de Cachoeira Dourada, e constantes do anexo pelos serviços efetivamente prestados e comprovados através do quadro de frequência ou execução.

9.3. É vedado o pagamento de qualquer sobretaxa em relação à tabela adotada, ou do cometimento a terceiros (associação de servidores, p. ex) da atribuição de proceder ao credenciamento ou intermediação do pagamento dos serviços prestados.

10. DOS ENCAMINHAMENTOS DOS SERVIÇOS

10.1. O Município não fará encaminhamento dirigido dos usuários tomadores de serviços de saúde, somente emitirá requisição de execução de procedimento sem a indicação do destinatário prestador e estes farão as cobranças dos serviços mediante nota ou fatura, acompanhadas das respectivas requisições de serviço. A escolha do prestador de serviços é exclusiva do usuário tomador para querendo, escolher qualquer profissional ou empresa credenciada. Os usuários e os serviços deverão seguir as normas de acesso reguladoras.

11. DO PRAZO DE VALIDADE PARA CREDENCIAMENTO

11.1. O credenciamento do proponente poderá ser julgado para cada área ou especialidade ou coletivamente conforme disposto neste edital. Aos interessados o prazo para credenciamento se estenderá **até 31 de dezembro de 2024**, podendo ser prorrogado mediante justificativa expressa de conveniência e oportunidade da Administração, desde que verificadas as condições nele explicitadas e conformidades legais conforme legislação pertinente.

11.1.1. A análise das documentações terá início no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis após seu recebimento, sendo publicado o resultado com a homologação do credenciamento, se atendida os requisitos mínimos.

11.1.2. O credenciamento não implica na obrigação de contratar ou de garantia de emissão de ordem de serviços por parte do Município.

11.1.3. Havendo interesse do Município na execução de serviços dos credenciados para determinada área ou especialidade, serão divulgados os nomes através de publicação na imprensa oficial do Município de Cachoeira Dourada.

11.1.4. Sendo aprovado os requisitos mínimos deste edital, serão celebrados os termos de ajustes, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, com todas os proponentes credenciados para a área ou especialidade pretendida e o início dos serviços será somente após a ordem de serviços emitida pela SMS e notificação do contratado, o qual se dará por Site da Prefeitura e placar.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E DOTAÇÃO

12.1. As despesas resultantes deste procedimento correrão a contas do

orçamento geral do município para o exercício financeiro de 2024 e contará com recursos advindos de programas e convênios do Governo Federal resultantes do piso de atenção básica:

MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

15.15.10.122.0052.2.037.3.3.90.39.00 (FICHA: 0341) – FONTE: 102,107

MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA-ESF

15.15.10.122.0052.2.037.3.3.90.39.00 (FICHA: 0362) – FONTE: 102, 107

MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL

15.15.10.122.0052.2.037.3.3.90.39.00 (FICHA: 0378) – FONTE: 102, 107

113. DA RESCISÃO DO CONTRATO

13.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento administrativo;

13.2. Constituem motivos para rescisão do contrato, no que couberem, as hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações;

13.3. A rescisão contratual poderá ocorrer nas condições e formas previstas na Lei nº 14.133/2021 e suas modificações;

13.4. E demais motivos de acordo com o contrato e legislação aplicável.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. O profissional que, depois de credenciado não cumprir com as obrigações correspondentes ao atendimento aos beneficiários, ficará sujeito às penalidades, previstas abaixo:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV) Multa:

- a)** moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;
- b)** moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- c)** O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- d)** compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

14.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

14.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

14.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158

da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b. as peculiaridades do caso concreto;
- c. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d. os danos que dela provierem para o Contratante;
- e. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

14.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

14.12. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

14.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

14.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em

dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

14.15. Os usuários poderão denunciar qualquer irregularidade verificada na prestação dos serviços sendo apurado através de processo administrativo próprio e publicação dos atos resultantes deste.

15. DA ASSINATURA DO TERMO DE CONTRATO E VIGÊNCIA

15.1. O **CONTRATO** será formalizado mediante Termo próprio, contendo as cláusulas e condições previstas neste Edital.

15.2. Após o credenciamento e analisado as documentações, a Administração convocará as empresas ou profissionais credenciadas, na proporção dos serviços que forem demandados, emitindo assim a ordem de Serviço (OS).

15.3. O **CONTRATO** terá vigência de até 12 meses podendo ser prorrogado até o limite de 60 meses na forma da Lei 14.133/2024.

15.4. O Município poderá, a qualquer momento, solicitar do credenciado a comprovação de recolhimento do INSS (no caso de pessoa jurídica) do período a que está vinculado e em caso de inadimplemento suspenderá o credenciamento.

15.5. Ao Município reserva-se o direito de justificadamente anular ou revogar o presente edital.

15.6. A credenciada (o) pessoa jurídica, não terá qualquer vínculo trabalhista com a administração, sendo realizados contratos de natureza excepcionais para aterceirização da atividade meio, na pronta prestação de serviços.

15.7. A **CONTRATADA** pessoa jurídica deverá arcar, no âmbito de suas respectivas responsabilidades, com despesas de natureza social, trabalhista, previdenciária, tributária, securitária ou indenizatória, não possuindo qualquer vínculo empregatício com o FMS de Cachoeira Dourada.

16. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

16.1. No local, data e hora mencionados no preâmbulo, os Proponentes deverão entregar sua documentação reunidos em um único envelope



distinto, devidamente lacrado e identificado, podendo as páginas serem numeradas, constando os seguintes dizeres na parte externa e frontal:

CREDENCIAMENTO PÚBLICO 001/2024
DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO NOME DO
CREDENCIADO CNPJ FUNÇÃO OU CARGO

17. DOS RECURSOS

17.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o edital de credenciamento 001/2024, caso julgue que o mesmo afronta a Constituição da República, em especial os seus artigos 196 e seguintes, Lei 14.133/21 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie na aplicação de dispositivos da Lei Federal n.º 14.133/21, devendo protocolar, ou fazê-lo via e-mail, em até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes devendo a Comissão de Credenciamento da Saúde, julgar e responder a impugnação.

17.2. Acolhido o pedido de impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do credenciamento.

17.3. Todos quantos participarem deste credenciamento têm o direito público subjetivo à observância do pertinente procedimento, nos termos deste edital e da legislação pertinente.

17.4. Decairá do direito de impugnar, perante a administração, os termos deste Edital de Credenciamento, aquele que, tendo-o aceitado sem objeção, vier a apontar, depois da abertura dos trabalhos licitatórios, falhas ou irregularidades que o viciarem, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

17.5. Qualquer interessado credenciado, poderá apresentar recurso administrativo contra o julgamento dos documentos, de forma que, será interposto por escrito no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da publicação do Resultado de Credenciamento mediante lavratura da ata da sessão, que poderá ser enviada por correspondência a sede da Prefeitura Municipal ou via e-mail.

17.6. Interposto o recurso, será comunicado às demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 03(três) dias úteis.

17.7. O recurso de que trata o item 17.5, será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com e sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.8. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

18. DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. O profissional se obriga a apresentar a qualquer tempo, documentos julgados necessários pelo FMS – Fundo Municipal de Saúde, referente à sua carreira profissional.

18.2. A aceitação das condições constantes deste Edital será formalizada com assinatura do respectivo contrato/credenciamento.

18.3. Os casos omissos serão resolvidos com base nas disposições constantes da Lei 14.133/21, nos princípios do Direito Público e subsidiariamente, com base em outras leis que se prestem a suprir eventuais lacunas.

18.4. A minuta do contrato constantes deste edital será ajustada às peculiaridades de cada CREDENCIADO e mediante necessidades do FMS, de forma a evidenciar o tipo de cobertura dos serviços, procedimentos e orientações técnicas, dentre outros aspectos.

18.5. Em casos de dúvidas o profissional deverá sempre recorrer ao Fundo Municipal de Saúde a fim de conseguir instruções de como proceder.

18.6. É vedado ao credenciado cobrar dos pacientes qualquer importância a título de honorários ou serviços prestados concernentes aos procedimentos.

18.7. Constituem e fazem parte deste edital os anexos, constantes de minutas dos credenciamentos de pessoas físicas e jurídicas especificamente por categoria, atividade e local.

18.8. O FMS permanecerá à disposição dos interessados para esclarecer quaisquer dúvidas e prestar informações referentes ao presente Edital.

18.9. O presente edital tem prazo de validade até 31 de dezembro de 2024, contados da sua publicação, podendo ser prorrogado por igual período.

18.10. Em casos de interrupção dos serviços pelo credenciado dos trabalhos referidos neste termo de adesão, por qualquer motivo, não acarretará ao poder público obrigação de pagar proventos e/ou indenizar mesmo que seja benefícios previdenciários previstos no regime geral, tendo em vista, a natureza administrativa do referido vínculo do serviço.

18.11. A credenciada (o) pessoa física ou jurídica, não terá qualquer vínculo trabalhista com a administração, sendo realizados contratos de natureza excepcionais para a terceirização da atividade meio, na pronta prestação de serviços.

18.12. A CONTRATADA pessoa jurídica deverá arcar, no âmbito de suas respectivas responsabilidades, com despesas de natureza social, trabalhista, previdenciária, tributária, securitária ou indenizatória, não possuindo qualquer vínculo empregatício com o FMS de Cachoeira Dourada, assim como a contratada pessoa física.

18.13. É vedado o pagamento de verbas trabalhistas ou outras verbas alheias às previstas nos contratos, tanto na sua execução, quanto em caso de rescisão ou termo do contrato.

18.14. Elegem-se o Foro da comarca de Cachoeira Dourada - GO para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste ajuste, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Cachoeira Dourada - GO, 24 de maio de 2024.

BERTILHA ALVES SANTANA CINTRA
Secretária Municipal de Saúde
Decreto nº 1669/2024



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Credenciamento via Chamamento Público para contratação de profissionais e entidades especializadas com vistas à prestação de serviços na área da saúde, em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cachoeira Dourada, Goiás.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. Ao Município cabe a responsabilidade constitucional de promover a saúde e assegurar o acesso universal, equitativo e abrangente aos serviços de saúde, independentemente do grau de complexidade, por meio do Sistema Único de Saúde. O Sistema Único de Saúde (SUS) é uma estrutura de saúde regionalizada e hierarquizada, que se baseia na descentralização com direção única em cada esfera governamental. É evidente que, conforme o princípio da descentralização, aos municípios é atribuída a maior parte das responsabilidades do SUS, com respaldo técnico e financeiro tanto da União quanto dos Estados.

2.2. A realização de um credenciamento via chamamento público para profissionais de saúde e entidades especializadas, é fundamental para garantir a qualidade, transparência e eficiência nos serviços prestados à população. Este processo permite que se possa selecionar profissionais e instituições com base em critérios objetivos e pré-estabelecidos, assegurando que apenas aqueles que atendam aos requisitos técnicos e éticos necessários sejam habilitados para oferecer tais serviços. Outro ponto relevante é a garantia da adequação dos serviços às necessidades da comunidade atendida.

2.3. A falta dos serviços especificados nesta Chamada Pública de Credenciamento pode acarretar consequências graves no atendimento, colocando em risco a saúde e até mesmo a vida daqueles que contam com os serviços de saúde pública. Assim, fica claro que é

imprescindível agir com urgência para garantir a contratação dos serviços mencionados nesta convocação, visando garantir o acesso ininterrupto aos cuidados de saúde para toda a população.

2.4. Além disso, o bloco cirúrgico do hospital, composto por duas salas cirúrgicas, foi submetido a readequações físicas e retornou a oferecer serviços eletivos de perfil de baixa e média complexidade. O que incluiu a realização de procedimentos cirúrgicos de pequenos e médio porte nas especialidades de cirurgia ginecológica, cirurgia ortopédica, cirurgia geral e cirurgia oncológica, resultando no aumento da demanda de profissionais e empresas capacitadas na prestação de serviços, para serem realizadas todas as etapas para fornecer um atendimento de qualidade aos pacientes.

2.5. Desse modo, ao contratar profissionais de saúde por meio de um processo de credenciamento rigoroso, a Secretaria Municipal de Saúde garante a excelência e a segurança do atendimento prestado aos pacientes. O credenciamento assegura que os profissionais atendam a padrões específicos de qualificação, experiência e ética, garantindo que estejam plenamente capacitados para lidar com os desafios complexos do ambiente de cuidados com a saúde.

2.6. Do mesmo modo, contar com um quadro completo de profissionais permite que a secretaria ofereça um gama completo de serviços de saúde para a população, atendendo às diversas necessidades médicas, desde cuidados primários até especializadas.

3. DO VALOR

3.1. Em relação aos valores, foram obtidos através de aprovação da Resolução nº 019/2023, do Conselho Municipal de Saúde, homologada em 12 de dezembro de 2023 e da Resolução nº 001/2024, do Conselho Municipal de Saúde, a qual foi homologada no dia 03 de maio de 2024.

3.2. Ademais, foi conduzida uma pesquisa de mercado por meio de credenciamentos semelhantes realizados por municípios do estado de Goiás. O objetivo foi obter uma média dos valores praticados na região.

3.3. Nos valores contratados já deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período contratual.

4. QUANTIDADE E ESPECIFICAÇÃO:

Profissionais de Saúde

MÉDICO CIRURGIÃO – CIRURGIA GERAL/ CIRURGIA ONCOLÓGICA				
SERVIÇOS/ PROCEDIMENTOS BÁSICOS	DO LOCAL E CARGA HORÁRIA	REQUISITOS	QT	VALOR MENSAL
Atendimento de consultas médicas; Atendimento ambulatorial; Consulta com acompanhamento e encaminhamento de pacientes; Procedimentos ambulatoriais e cirúrgicos eletivos de pequeno e médio porte de cirurgia geral; Procedimentos de pequeno e médio porte da área de cirurgia oncológica/ oncologia cutânea; Acompanhamento de pré e pós cirúrgicos gerais e oncológicos; Orientação preventiva e profilática oncológica.	Os serviços serão prestados exclusivamente pelo Credenciado (a), no Hospital Municipal José Xavier de Castro, mediante demanda.	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de Medicina fornecido por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação; registro no respectivo Conselho; título de especialista em cirurgia geral; título de especialista de cancerologia cirúrgica/ cirurgia oncológica.	01	R\$ 33.000,00

MÉDICO DIRETOR CLÍNICO				
SERVIÇOS/ PROCEDIMENTOS BÁSICOS	DO LOCAL E CARGA HORÁRIA	REQUISITOS	QT	VALOR MENSAL
Médico designado a ser o Diretor Clínico do Hospital Municipal José Xavier de Castro; Tem a atribuição de dirigir e supervisionar o corpo clínico da instituição; Supervisionar a efetiva realização do ato médico, da compatibilidade dos recursos disponíveis, da garantia das prerrogativas do profissional médico e da garantia de	Os serviços serão prestados exclusivamente pelo Credenciado (a), no Hospital Municipal José Xavier de Castro.	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de Medicina fornecido por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação; registro no respectivo Conselho.	01	R\$ 6.000,00

assistência disponível aos pacientes; Atestar a realização de atos médicos praticados pelo corpo clínico e pelo hospital sempre que necessário.				
---	--	--	--	--

FARMACÊUTICO				
SERVIÇOS/ PROCEDIMENTOS BÁSICOS	DO LOCAL E CARGA HORÁRIA	REQUISITOS	QT	VALOR MENSAL
Farmacêutico designado a exercer atividades de supervisão, responsabilidade técnica e coordenação da Farmácia Municipal. Supervisionar o recebimento e dispensação de materiais de insumo, distribuição para postos de saúde, participar de processo de seleção de medicamentos; Elaborar a programação da aquisição de medicamentos em sua esfera de gestão; Avaliar, de forma permanente, as condições existentes para o armazenamento, a distribuição e dispensação dos medicamentos.	Os serviços serão prestados exclusivamente pelo Credenciado (a), na Farmácia Municipal. Sendo estimado 40 horas semanais.	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de Farmácia fornecido por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação; registro no respectivo Conselho.	01	R\$ 4.500,00

ENFERMEIRO - RESPONSÁVEL TÉCNICO				
SERVIÇOS/ PROCEDIMENTOS BÁSICOS	DO LOCAL E CARGA HORÁRIA	REQUISITOS	QT	VALOR MENSAL
Enfermeiro designado a exercer a responsabilidade técnica ;serviços de auditoria; análise, controle e gestão de equipamentos, materiais e insumos médico-hospitalares; consultoria em geral; cumprir todos os dispositivos legais da profissão de enfermagem; elaborar e implementar regimento interno, manuais de normas administrativas; zelar pelo cumprimento das atividades privativas da	Os serviços serão prestados exclusivamente pelo Credenciado (a), em setor determinado pela Secretaria Municipal de Saúde.	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de Enfermagem fornecido por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação; registro no respectivo Conselho.	02	R\$ 5.187,50

enfermagem; elaboração de escalas.	Sendo estimado 40 horas semanais.			
------------------------------------	-----------------------------------	--	--	--

MÉDICO PEDIATRA NEONATOLOGISTA - AVALIAÇÃO				
SERVIÇOS/ PROCEDIMENTOS BÁSICOS	DO LOCAL E CARGA HORÁRIA	REQUISITOS	QT	VALOR POR AVALIAÇÃO
Médico especialista em pediatria neonatologista destinado a realizar primeiros cuidados ao recém-nascido e, principalmente, intervir nas situações emergenciais; Avaliar se o neonato está se comportando da forma esperada ou se é necessário intervir para auxiliá-lo nos momentos iniciais e decisivos para a sua saúde; Comparecer ao Hospital no pós-parto e alta hospitalar.	Os serviços serão prestados exclusivamente pelo Credenciado (a), no Hospital Municipal José Xavier de Castro. Estimativa de 100 avaliações.	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de Medicina fornecido por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação; registro no respectivo Conselho; habilitação específica na área.	01	R\$ 250,00

AVALIAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA				
SERVIÇOS/ PROCEDIMENTOS BÁSICOS	DO LOCAL E CARGA HORÁRIA	REQUISITOS	QT	VALOR POR AVALIAÇÃO
Psicólogo destinado a realizar avaliação neuropsicológica, sendo um procedimento clínico de investigação destinado a esclarecer aspectos relacionados ao desempenho cognitivo e comportamental dos indivíduos. Para tanto, conduz uma análise detalhada das funções cognitivas, tais como memória, atenção, habilidades executivas e linguagem, com o intuito de compreender o perfil neuropsicológico do paciente, identificando	Os serviços serão prestados exclusivamente pelo Credenciado (a), devendo ser realizado de forma presencial. Estimativa de 30 avaliações.	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de psicologia fornecido por instituição de reconhecida pelo Ministério da Educação; registro no respectivo Conselho.	01	R\$ 1.500,00

possíveis déficits e habilidades preservadas. Dessa forma, possibilita a formulação de hipóteses diagnósticas e a realização de um diagnóstico diferencial.				
---	--	--	--	--

PLANTÃO À DISTÂNCIA – MÉDICOS ESPECIALISTAS		
Médico Ortopedista Médico Cardiologista Médico Angiologista Médico Radiologista Médico Urologista	R\$ 2.000,00 (Por especialidade)	Plantão à distância em Plataforma web de comunicação 24 horas por dia (Whatsapp ou similar)

Laudo de Exame Cardiológico

EXAME/PROCEDIMENTO	VALOR UNITÁRIO
Laudo de Eletrocardiograma	R\$ 20,00

Laudo de Exame de Imagem

EXAME/PROCEDIMENTO	VALOR UNITÁRIO
Laudo de Raio X	R\$ 14,00

Exames de imagem com laudo

EXAME/PROCEDIMENTO	VALOR UNITÁRIO
Doppler de Carótidas (cada vaso)	R\$200,00
Doppler de Tireoide	R\$200,00
Doppler de Vasos (cada membro)	R\$200,00
Doppler Renal	R\$200,00
Doppler das mamas	R\$200,00

Exames, procedimentos ambulatoriais e procedimentos cirúrgicos oftalmológicos eletivos

OFTALMOLOGIA	
EXAMES/PROCEDIMENTOS	VALOR UNITÁRIO
Biometria ultrassônica (monocular)	R\$ 45,00
Campimetria computadorizada ou manual com gráfico (binocular)	R\$ 54,00
Capsulotomia a yag laser	R\$ 180,00
Cauterização de córnea (monocular)	R\$ 25,00
Fundoscopia (monocular)	R\$ 3,37
Gonioscopia (binocular)	R\$ 83,00

Mapeamento de retina (monocular)	R\$ 24,24
Microscopia especular de córnea (inclui registro gráfico morfológico celular) binocular	R\$ 112,00
Paquimetria ultrassônica (monocular)	R\$ 41,50
Potencial de acuidade visual (monocular)	R\$ 3,37
Retirada de corpo estranho da cornea (monocular)	R\$ 25,00
Retinografia colorida (binocular)	R\$ 90,00
Retinografia fluorescente (binocular)	R\$ 180,00
Tonometria (monocular)	R\$ 3,37
Topografia computadorizada de córnea - (binocular)	R\$ 83,00
Tomografia de coerência óptica (oct) - (binocular)	R\$ 200,00
PROCEDIMENTO CIRÚRGICO	VALOR UNITÁRIO
Facetomia com implante de lente intra-ocular	R\$ 1.400,00
Tratamento cirúrgico de pterígio	R\$ 200,00

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. Despesas com o presente objeto serão empenhadas a cargo das Dotações Orçamentárias:

- **MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.**
15.15.10.122.0052.2.037.3.3.90.39.00 (FICHA: 0341.000) – FONTE: 102, 107
- **MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA-ESF**
15.15.10.122.0052.2.037.3.3.90.39.00 (FICHA: 0362.000) – FONTE: 102, 107
- **MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL**
15.15.10.122.0052.2.037.3.3.90.39.00 (FICHA: 0378.000) – FONTE: 102, 107

8. DO PAGAMENTO

8.1. Os pagamentos serão realizados mediante apresentação de nota fiscal, contendo:

- data de emissão;
- estar endereçada ao Fundo Municipal de Saúde de Cachoeira Dourada Goiás, CNPJ: 07.445.626/0001-50, com endereço na Rua Eduardo Soares Ferreira, S/N, Qd. 27, Lt.01, Centro, Cachoeira Dourada, Goiás;
- valor R\$ unitário;
- valor R\$ total;



e) Menção ao presente procedimento e ao respectivo contrato;

8.2. Para habilitar-se ao pagamento a CONTRATADA deverá protocolar no Setor de Protocolo na Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada-GO, Nota Fiscal/Fatura, especificando o serviço e seus correspondentes valores em moeda corrente nacional, devendo estar formalmente atestado pelo servidor designado para tal;

8.3. O gestor do contrato somente atestará e liberará a (s) Nota (s) Fiscal (is) /Fatura (s) para pagamento quando cumprido pela Contratada, todas as condições pactuadas;

8.4. As contas serão pagas com até 30 (trinta) dias corridos, contados imediatamente após a data de protocolização;

8.5. Caso a proponente não protocolize seu pedido de pagamento nos prazos avençados, reserva-se a Contratante o direito de pagar o valor da Nota Fiscal/Fatura, somente no mês subsequente sem alteração de valor, ou aplicação de qualquer cominação legal.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Efetuar com pontualidade a prestação solicitado;

9.2. Atender com prontidão as reclamações/solicitações por parte do fiscal de contrato, referente ao objeto do presente termo de referência;

9.3. Manter todas as condições de habilitação exigidas para um bom atendimento às necessidades da contratante;

9.4. Não alegar como motivo de força maior para atraso, má execução ou inexecução do serviço, desta contratação que não a eximirá das penalidades a que estará sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

9.5. Prestar o serviço em conformidade com a legislação pertinente, no prazo indicados pela Administração, com estrita observância das especificações deste termo de referência, e da proposta, acompanhado da respectiva Nota Fiscal;

9.6. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação;

9.7. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24h (vinte e quatro horas) que antecede à data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.8. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.9. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer outra empresa, para executar a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

9.10. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Fornecer as instruções necessárias à execução do serviço e cumprir com os pagamentos nas condições dos preços pactuados.

10.2. Proceder a mais ampla fiscalização sobre o fiel cumprimento do objeto deste instrumento, sem prejuízo da responsabilidade da contratada.

10.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado.

10.4. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

12. CONTROLE DA EXECUÇÃO

12.1. A fiscalização da contratação será exercida por servidor devidamente designado pela Administração da Secretaria Municipal de Saúde, ao qual competirá dirimir as dúvidas que



surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos;

12.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

Cachoeira Dourada, 24 de maio de 2024.

BERTILHA ALVES SANTANA CINTRA

Secretária Municipal de Saúde

Decreto nº 1669/2024



CRENCIAMENTO 001/2024
MODELO DE SOLICITAÇÃO DE CRENCIAMENTO
PROCESSO ADM 5357/2024

À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CACHOEIRA DOURADA.

O Profissional
_____, com
residência/sede _____, (rua, bairro
etc) da
cidade de
_____ Estado _____, vem solicitar seu
credenciamento para prestação de serviços de

_____ junto ao Município de Cachoeira Dourada.

- a) Declaramos que estamos de pleno acordo em todas as condições para a prestação de serviço profissional pelos preços apresentados nas tabelas aprovadas pelo Conselho Municipal de Saúde.
- b) Declaramos nos submeter a todas às disposições constantes do Regulamento do Edital de Credenciamento nº 001/2024.
- c) Declaramos que estou de pleno acordo, em caráter irrevogável e irretratável, com todos os termos do edital de Credenciamento nº 001/2024.
- d) Declaramos que, nos serviços oferecidos estão incluídas todas as despesas com encargos sociais, seguros, taxas, tributos e contribuições de qualquer natureza e quaisquer outros encargos necessários à perfeita execução do objeto do credenciamento.
- e) Que os preços/taxa de administração contratados são justos e certos, podendo sofrer reajuste apenas nas hipóteses e condições previstas no instrumento contratual, cuja minuta conhecemos.
- f) Declaramos que não pertencemos ao quadro de servidores do Município.
- g) Que os preços/taxa de administração contratados são justos e certos, podendo sofrer reajuste apenas nas hipóteses e condições previstas no instrumento contratual, cuja minuta conhecemos.
- h) Que todas as cópias de documentos apresentados são fiéis aos originais e nos submetemos às sanções devidas nos casos de comprovada falsidade.

Atenciosamente

Cachoeira Dourada, ____ de ____ de 202



CREDENCIAMENTO 001/2024
DECLARAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

A Empresa _____
comsede _____
(rua, bairro etc) da cidade de _____
Estado _____, **Declara** que para execução dos
serviços desse credenciamento 001/2024, nomeia o profissional responsável
para a função de _____ (função), o qual será o
Profissional _____ (nome do médico ou
profissional), devidamente registrado e capacitado para a função. Declaramos que
estamos de pleno acordo em todas as condições para a prestação de serviço
profissional pelos preços apresentados nas tabelas aprovadas pelo Conselho
Municipal de Saúde e que o profissional citado detém de toda formação necessárias
para a execução dos serviços pretendidos.
Declaramos que estamos de pleno acordo em todas as condições para a prestação
de serviço profissional pelos preços apresentados nas tabelas aprovadas pelo
Conselho Municipal de Saúde.
Declaramos nos submeter a todas às disposições constantes do Regulamento do
Edital de
Credenciamento nº 001/2024.
Declaramos que estou de pleno acordo, em caráter irrevogável e irretratável, com
todos os termos do edital de Credenciamento nº 001/2024.
Declaramos que, nos serviços oferecidos estão incluídas todas as despesas com
encargos
sociais, seguros, taxas, tributos e contribuições de qualquer natureza e quaisquer
outros encargos necessários à perfeita execução do objeto do credenciamento.
Que os preços/taxa de administração contratados são justos e certos, podendo
sofrer reajuste apenas nas hipóteses e condições previstas no instrumento
contratual, cuja minuta conhecemos.
Declaramos que não pertencem ao quadro de servidores do Município.
Que os preços/taxa de administração contratados são justos e certos, podendo
sofrer reajuste apenas nas hipóteses e condições previstas no instrumento
contratual, cuja minuta conhecemos.
Que todas as cópias de documentos apresentados são fiéis aos originais e nos
submetemos as sanções devidas nos casos de comprovada falsidade.

Cachoeira Dourada, _____ de _____ de 2024.

Nome e assinatura de



MINUTA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO Nº

Nº _____/2024 – SMS

TERMO DE CREDENCIAMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CACHOEIRA DOURADA/GO E A XXX, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICO-PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CACHOEIRA DOURADA DE GOIÁS, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº. XXX com sede a XXX, Cachoeira Dourada - GO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde e Gestor do FMS a **Sra. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, brasileira, casado, agente político, inscrita no RG XXX, portador do CPF sob o nº. XXX, residente e domiciliado em Cachoeira Dourada, Estado de Goiás, doravante denominada **CREDENCIANTE e (NOME)**, (nacionalidade), (profissão), portador(a) do RG nº_, inscrito(a) no CPF sob o nº____.____.____-__, com registro no conselho de classe_____, residente à_, PIS/PASEP nº_____, doravante denominado(a) **CREDENCIADA**, tendo em vista o que dispõe a Constituição Federal, em especial os seus artigos 196 e seguintes, a Lei 14.133/21, e demais disposições legais regulamentares aplicáveis à espécie, e ainda, o objeto constante do Edital de Credenciamento nº 001/2024, RESOLVEM celebrar o presente Termo de Credenciamento mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

Contratação de profissional na área da saúde, mediante credenciamento, sem vínculo empregatício de qualquer natureza, para atuação no sistema municipal de saúde de Cachoeira Dourada no ano de 2024, a serem contratados de acordo com as demandas da secretaria municipal de saúde, conforme abaixo:

ITEM	SERVIÇO A SER PRESTADO	CARGA HORÁRIA MENSAL / PROCEDIMENTOS	LOCAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços referidos na Cláusula Primeira serão executados pelo CREDENCIADO junto às unidades SUS e/ou conveniadas, sob a gestão da Secretaria Municipal de Saúde de Cachoeira Dourada, Estado de Goiás.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RELAÇÃO JURÍDICA DO CREDENCIADO

A prestação dos serviços ora credenciados **não implica vínculo empregatício** nem exclusividade de colaboração entre o CREDENCIANTE e o CREDENCIADO. O CREDENCIADO reconhece a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional do SUS, decorrente da Lei Orgânica da Saúde.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

As partes contratadas se obrigam a cumprir o estabelecido no presente instrumento, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, e suas alterações posteriores, e também ao seguinte:

I - O CREDENCIANTE SE COMPROMETE A:

- a) Cumprir o aqui pactuado, propiciando todos os meios legais para a execução do objeto contratual;
- b) Pagar o CREDENCIADO os valores consignados, nos dias estabelecidos;
- c) Fiscalizar, através da Secretaria Municipal de Saúde ou de fiscal por ela determinado, ou do Conselho Municipal de Saúde a execução dos trabalhos a serem prestados pelo CREDENCIADO, objeto do presente termo;
- d) Publicar a minuta do presente Termo na forma da legislação vigente;
- e) Propiciar ao CREDENCIADO espaço físico dentro das Unidades de saúde local, ou em Unidades de Saúde privadas conveniadas pelo SUS, a critério da administração, bem como dos equipamentos de uso profissional necessário ao trabalho doméstico;
- f) Responsabilizar-se pela retenção dos encargos, sociais, fiscais, trabalhistas e tributárias que incidirem sobre o termo;
- g) Supervisionar a execução do presente termo, através do gestor Municipal ou seu preposto, ou por órgãos de controle interno do poder executivo municipal, ou de controle externo pelos órgãos competentes, na

forma da lei;

h) Assegurar ao CREDENCIADO, na ocorrência de resultados de fiscalização sedesfavorável ao mesmo, amplo direito de defesa;

i) Ceder pessoas de apoio de execução do objeto contratual, nas unidades de saúde onde o CREDENCIADO irá prestar seus serviços, ou através de convênios com entidade que tenha participação de forma complementar no sistema único de saúde;

II - O CREDENCIADO SE COMPROMETE A:

a) Cumprir o aqui acertado, propiciado todos os meios legais para a execução do objeto contratual;

b) Atender as solicitações emanadas do CREDENCIANTE;

c) Zelar pela guarda dos documentos, materiais e equipamentos fornecidos pelo CREDENCIANTE e não os utilizar para fins estranhos ao objetivo do presente termo;

d) Executar os serviços com zelo e dedicação, sempre em obediência às normas de direito legal, emanadas dos órgãos pertencentes ao Sistema Municipal de Saúde.

e) Ser zeloso com o trabalho e ser prestativo, não infringir leis, regulamentos e ordens emanadas da administração Municipal ou de legislação emanadas do SUS;

f) Não faltar ao trabalho sem breve comunicação aos seus superiores e seus consentimentos;

g) Manter sempre atualizado e corretamente preenchido os prontuários dos pacientes e os documentos pertinentes à prestação de seus serviços;

h) Não utilizar e nem permitir a utilização de pacientes para fins de experimentação de qualquer espécie;

i) Atender os pacientes com dignidade e respeito, de forma universal e igualitária, mantendo a qualidade dos serviços de acordo com a conduta estabelecida no código de ética aprovado pelo órgão colegiado de representação da classe em vigor;

j) Justificar ao paciente ou seu responsável por escrito as razões técnicas alegadas quando da decisão da não realização de qualquer procedimento não previsto no presente termo de credenciamento;

k) Zelar pela higiene e limpeza do seu local de trabalho;

l) Buscar uma perfeita integração com a esfera administrativa da Unidade de Saúde onde prestará seus serviços e do órgão de gestão Municipal, criticando construtivamente seu desempenho e colaborar para o aperfeiçoamento da qualidade dos serviços de saúde;

m) Cumprir com as normas; Federal; Estadual e Municipal atinentes à

saúde; bem como que estejam vinculados diretamente com os serviços a serem prestados pelo mesmo.

n) Providenciar no prazo de 10 (dez) dias contados da data de assinatura deste; o certificado de inscrição municipal, como autônomo e junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, sob a pena de não o fazendo, o tesouro municipal realizar os referidos descontos e os encaminhar aos órgãos competentes;

o) Comparecer a treinamentos, cursos e /ou conferências patrocinadas pelo Sistema Único de Saúde – SUS, para fins de reciclagem profissional;

p) Sem prejuízo do acompanhante, da fiscalização e da normatividade suplementar exercida pelo CREDENCIANTE, o CREDENCIADO reconhece as prerrogativas institucional dos órgãos normativos pertencentes a união, de conformidade com o que preconiza o art.198, da constituição federal e aos princípios contidos nos artigos: 7, seus incisos e alíneas, 8 e 9, inciso 111 da lei 8.080, de 19 de setembro de 1990;

q) Realizar mediante solicitação do gestor local do SUS, as fiscalizações de rotina em pacientes, documentos e/ou prontuários médicos de pacientes internados em unidades de saúde pertencentes ao Sistema Único de Saúde – SUS ou de instituições privadas conveniadas.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO CREDENCIADO

O CREDENCIADO é responsável pela indenização de dano causado ao paciente, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, ficando assegurado ao CREDENCIADO o direito de regresso.

§ 1º A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste termo pelos órgãos competentes do SUS não exclui nem reduz a responsabilidade do CREDENCIADO, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

§ 2º A responsabilidade de que trata esta Cláusula estende-se aos casos de danos causados por defeitos relativos à prestação dos serviços nos estritos termos do art. 14 da Lei 8.078, de 11.09.90 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR

O CREDENCIANTE pagará mensalmente ao CREDENCIADO(A), pelos serviços efetivamente prestados, _____ parcelas de R\$ _____, correspondentes aos honorários profissionais, de acordo com a tabela aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde em vigor na data da assinatura deste credenciamento, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao fato gerador.



Para efeitos contábeis e jurídicos, o valor total estimado deste credenciamento é de R\$_____.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Para pagamento das despesas com o presente Termo serão utilizados recursos orçamentários, constantes do Orçamento Geral da CONTRATAÇÃO para o exercício financeiro de 2024, na seguinte dotação orçamentária:

Dotação/programa:_____.

Ficha:_____ **Fonte:**_____.

CLÁUSULA OITAVA – DA APRESENTAÇÃO DE FREQUÊNCIA/PRODUÇÃO

O CREDENCIADO apresentará mensalmente ao CREDENCIANTE, até o quinto (5º) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, os documentos referentes aos serviços efetivamente prestados (MAPA DE PRODUÇÃO e/ou FOLHA DE FREQUÊNCIA).

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

O presente Credenciamento vigorará a partir de **sua assinatura e vencerá em 31/12/2024**, podendo ser prorrogado caso haja interesse entre as partes, na forma do Art. 107 da Lei 14.133/21, podendo ser corrigido pela Tabela aprovada pelo Conselho e obedecendo as instruções do Egrégio Tribunal de contas dos Municípios.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente Termo de Credenciamento é firmado com a inexigibilidade de processo licitatório com base no **Caput do art. 74 da Lei Federal nº 14.133/2024**, e ainda nos termos da Resolução nº 001/2018 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás e demais normas legais aplicáveis ao Edital de Chamamento nº 001/2024.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA INEXECUÇÃO DO OBJETO DO CREDENCIAMENTO:

Na ocorrência da inexecução parcial ou total do presente termo ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei e regulamento, especialmente o que determina a Lei Federal nº 14.133/2021, e sua alteração posterior.

I - CONSTITUEM MOTIVOS PARA EXTINÇÃO DO CREDENCIAMENTO:

- a) Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- b) Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- c) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- d) Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- e) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- f) Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- g) Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- h) Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- i) Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da previdência social ou para aprendiz.

II - A RESCISÃO DO CREDENCIAMENTO PODERÁ SER:

- a) Determinado por ato unilateral e escrito do CREDENCIANTE, nos casos enumerados nas alíneas de “a” a “i”, do inciso acima;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para o CREDENCIANTE;
- c) Judicial, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O CREDENCIADO deverá sempre prestar seus serviços em obediência as normas de efeitos internos e externos emanadas pelas diferentes esferas de governo e também ao seguinte:

O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará ao CREDENCIADO à multa de mora a razão de 2% (dois por cento) sobre o valor total do credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO COMPETENTE



Fica eleito o foro da comarca de Cachoeira Dourada, Estado de Goiás, para dirimir as dúvidas que por ventura venham a existir durante a execução do presente instrumento, com recusa expressa de qualquer outro, por mais privilegiado seja.

E por estarem justos e ACORDADOS, assinam o presente termo em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Cachoeira Dourada (GO), XX de xxxxxxxxxxx de 2024.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



ANEXO VII
DECLARAÇÃO DE NÃO-ACUMULAÇÃO DE CARGOS, FUNÇÕES OU
EMPREGOS PÚBLICOS

Eu, _____, RG.nº _____,
CPF.nº _____

_____, DECLARO, para fins de prestação de serviços na área
de _____

_____, QUE NÃO EXERÇO nenhum
cargo, função ou emprego público na Administração Pública direta, autarquias,
fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e
sociedades controladas direta ou indiretamente pelo poder público, que seja
acumulável com o Cargo em que tomarei posse, em consonância com o disposto
nos incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição Federal, do contido no Decreto
nº 2.027, de 11 de outubro de 1996 e no Cap. III da Lei nº 8.112/90;

DECLARO QUE NÃO PERCEBO proventos de aposentadoria decorrente do art.
40 ou dos arts. 42 e 142 da Constituição Federal;

DECLARO que não sofri, no exercício de função pública, as penalidades previstas
no art. 137 e seu parágrafo único da Lei 8.112/90;

DECLARO, ainda, estar ciente de que prestar declaração falsa caracteriza o crime
previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, e que por tal crime serei
responsabilizado, independente das sanções administrativas, caso se comprove a
inveracidade do declarado neste documento.

Cachoeira Dourada, de _____ de _____.

Assinatura